

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 10 de outubro de 2022 - Ata n.º 95.

Aos dez dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.º Secretário) e **Gilberto Ribeiro** (na função de 2.º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **95.ª Sessão Ordinária da 4.ª Sessão Legislativa da 19.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão de Prestação de Contas pelo Secretário da Fazenda, Doutor Renê. Convido o nosso 2.º Secretário, Deputado Gilberto Ribeiro, para que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR. 2.º SECRETÁRIO (Deputado Gilberto Ribeiro – PL): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, n.º 94, de 5 de outubro de 2022.) É esta a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada**. (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o 1.º Secretário se há expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Sim, Sr. Presidente. Boa tarde, senhoras e senhores.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 136/2022** da Defensoria Pública do Estado do Paraná, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 447/2022) que institui o auxílio-creche, com caráter ressarcitório, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná e dá outras providências; **Ofício n.º 499/2022** do Governador do Estado, comunicando a restituição do Projeto de Lei n.º 360/2022, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná; **Ofício n.º 497/2022** do Governador do Estado, comunicando a restituição do Projeto de Lei n.º 363/2022, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná; **Ofício n.º 498/2022** do Governador do Estado, comunicando a restituição do Projeto de Lei n.º 367/2022, de autoria da Procuradoria-Geral de Justiça/Ministério Público do Estado do Paraná.

Era isso o que tínhamos para a presente Sessão.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em cumprimento à Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 9.º, § 4.º, **declaro aberta a Audiência Pública de Prestação de Contas do 2.º Quadrimestre de 2022 da Secretaria de Estado da Fazenda.** Registro e anuncio aqui a presença do Sr. Renê Garcia, nosso Secretário da Fazenda; Sr.^a Marcia Cristina Rebonato do Valle, Diretora-Geral; Sr.^a Cristiane Berriel Lima da Silveira, Diretora de Contabilidade Geral do Estado; Sr.^a Priscila Aguiar Mânica, Chefe de Gabinete; Sr. Pedro Lobato, Diretor Adjunto de Orçamento Estadual; Sr. Marcos Buarque de Montenegro, Diretor do Tesouro Estadual; Sr. Tomaz Lucas Santos Leal, Assessor Econômico do Gabinete do Secretário; Sr.^a Luísa Regina Mazer, Assessora Técnica do Gabinete do Secretário; e Sr. Luiz Geraldo Mazza Neto, Assessor de Imprensa. Ainda registro

a presença aqui dos acadêmicos do Curso de Direito da Faculdade de São Vicente, de Irati, acompanhados pela Diretora da Faculdade, Sr.^a Danielle Ramalho Stroparo; pela Coordenadora da Faculdade, Sr.^a Elisa Schultz; e pelo Professor Edélcio José Stroparo. Sejam bem-vindos à nossa Casa. Neste momento, passo a palavra ao Secretário da Fazenda, que terá 30 minutos para apresentação, mais 15 minutos de prorrogação, só podendo ser aparteado durante a prorrogação de 15 minutos. Ainda solicito neste momento aos Sr.^s Deputados que queiram fazer questionamentos ou perguntas ao Secretário da Fazenda que, por favor, inscrevam-se aqui na Mesa. O Deputado terá cinco minutos para formular o aparte; o Secretário da Fazenda terá cinco minutos para responder e fazer suas considerações; e a réplica e a tréplica têm três minutos improrrogáveis. Neste momento tenho a honra de conceder a palavra ao Doutor Renê, Secretário da Fazenda do Estado do Paraná, por 30 minutos.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JUNIOR: Excelentíssimo Sr. Presidente Ademar Traiano, Sr. Luiz Claudio Romanelli, demais membros desta Mesa, meu cumprimento. Deputados aqui presentes também, minha saudação. Esta apresentação, vou fazê-la de uma forma um pouco sumária, porque estou com uma amidalite e tenho uma dificuldade enorme de falar, então. Mas ela só será feita de praxe em quatro módulos: a conjuntura econômica, avaliação do resultado do quadro trimestre, as regras fiscais e os anexos. Na conjuntura econômica vamos dar destaque, especialmente, aos elementos que estão hoje colocando o nível de incerteza muito elevado sobre a atividade econômica global. Não é de surpresa de ninguém que a pandemia provocou uma grande mutação ao ambiente econômico, seja em função da alteração nas cadeias globais de suprimento, principalmente em função do impacto sobre a Ásia, e isso acabou, de uma forma ou de outra, alterando o volume de ofertas de vários componentes, como principalmente o destaque para os *chips* eletrônicos e a questão da dificuldade de acessar esses mercados, o que levou à necessidade de um ambiente econômico extremamente propício para um aumento de liquidez nos mercados principais, Estados Unidos, Europa e principalmente os países emergentes, o que acabou, de alguma forma ou de outra, tendo impacto profundo sobre a questão do nível de

preços. O que afetou? O primeiro impacto foi o nível de ofertas de produtos industriais, a crise de suprimentos fez com que os preços dos produtos industriais sofressem mutação e em contrapartida a dificuldade de acesso aos mercados tradicionais, em especial ao mercado asiático, acabou impactando sobre os preços das *commodities* agrícolas, o que teve impacto relevante sobre o nível de inflação em um primeiro momento. E esse nível, para os senhores terem uma ideia, o volume de preços das *commodities* nos primeiros mercados de alimentos, pelo que podemos perceber aqui pelo gráfico verde que tem aqui, ele chegou a aumentar 47,45% no período de um ano e meio, dois anos, impactando principalmente depois os mercados de *commodities*, principalmente a questão do minério de ferro que chegou a subir 85% em um período de um ano e meio, dois anos. E, em função da crise internacional provocada pela pandemia, esse impacto foi, de alguma forma, expandido a partir do momento em que houve um restabelecimento de um sistema de tensão dentro da Rússia com a Ucrânia, que acabou tendo impacto profundo sobre o nível de formação dos preços de energia elétrica, principalmente no mercado, inicialmente no mercado europeu. Para os senhores terem uma ideia, o preço da energia na Alemanha, para a percepção da indústria, chegou a subir 300% no período dos últimos oito meses. Isso acabou impactando fortemente sobre a questão da inflação mundial, que acabou tendo impacto só visto na economia nos anos 70. Esse impacto pode ser preservado nesse gráfico que está agora sendo exposto, onde temos uma taxa de inflação global na faixa de 9,5, 10%, sendo que as previsões para o Reino Unido sugerem que no início do ano que vem poderemos ter uma inflação na faixa de 12,5 a 13%, o que exigirá nesse cenário incremento da taxa de juros praticada pelos bancos centrais desses países, o que acaba tendo impacto profundo sobre o nível de atividade. Nível de atividade dentro dos Estados Unidos, dentro da Europa, e por incrível que pareça podemos ter hoje um cenário que haja perda de crescimento na China, o último quadrimestre a China já indicou uma taxa de crescimento inferior a 3%, com a projeção de poder ser até negativa, e uma taxa de crescimento de 3% para a China é um processo de forte recessão. E isso acaba tendo também impacto sobre a América Latina, em especial sobre os países

exportadores de *commodities*. E o Brasil, nesse cenário, fica sujeito a esses choques adversos, e o que fez, por exemplo, que a inflação no primeiro semestre de 2022 chegasse a bater quase 12%. Em função das medidas tomadas no âmbito do Congresso Nacional na Lei Complementar 192 e 194, foi adotada uma redução de ICMS praticado sobre esses preços dessas chamadas atividades essenciais, uma redução média de alíquota na faixa de 27%, 29%, para alguma coisa praticada como alíquota efetiva na faixa de 13%. Daí vão dizer, mas a alíquota não é 18? É 18, mas o preço de referencia para efeitos de tributação é a média móvel dos últimos 60 meses. Uma média móvel tem um movimento de ascensão, os preços praticados para efeito de tributação são bem inferiores à alíquota de referência, então, a alíquota efetiva sobre combustível hoje é de 13%. No caso específico de energia elétrica, de uma alíquota de 27%, com mais 2 do Fecop, foi reduzida para alguma coisa como uma alíquota de 13% também. Por quê? Porque foram retiradas da base de cálculo, para efeito de tributação, a taxa única sobre o sistema de distribuição e a taxa única sobre o sistema de transmissão. Então, a redução da alíquota efetiva sobre energia elétrica foi na faixa de 68% na média dos estados, em alguns estados foi 63, outros foram 70%, chegou a 70%. O efeito prático sobre o aumento da inflação mundial e a pressão sobre o vetor de preços da indústria brasileira foi a necessidade da elevação da taxa de juros do mercado doméstico brasileiro, que saiu de algo como 2% praticado em 2021 para alguma coisa como hoje sendo praticada na faixa de 13,75, o que fez com que a atividade econômica seja esperado que passe por um processo de redução ao longo do primeiro semestre do ano que vem, e consequentemente que a taxa de inflação também sofra redução. A variação do PIB, como está sendo exposta aqui, acabou tendo impacto não recessivo em um primeiro momento em função de várias variáveis que tiveram impacto sobre a questão da formação no nível de produto, entre elas se destaca a questão do estímulo fiscal proporcionado pelo Governo Federal, e por meio do Auxílio Brasil e de outros mecanismos, outros projetos que foram implementados. Como podemos ver nesse gráfico agora, a atividade econômica do Brasil sofreu melhora nos últimos meses depois do período de pandemia, com destaque especial à

recuperação do setor industrial, que vamos ver como sendo algo que pode explicar o incremento de arrecadação do ICMS desse período. No Paraná, a atividade econômica sofreu crescimento positivo nesse período muito em decorrência, seja da atividade industrial, seja da atividade do agronegócio. O mercado de trabalho no Brasil apresentou melhora substantiva nesse período, com redução na taxa de desemprego, e acabamos tendo aumento da massa salarial real, seja em função da redução da taxa de inflação, seja em redução do nível de emprego, aumento do nível de emprego. Deixa-me ir direto aqui para o impacto. É comum hoje haver uma posição ressaltando a situação de certa euforia que vivem as contas públicas nos estados. Esses números são extremamente perigosos porque o que aconteceu nesse período é que houve forte retração no nível de atividade industrial e depois melhora substantiva na atividade, nessa atividade, ao longo dos períodos em questão, o que acabou tendo impacto sobre o nível de arrecadação do ICMS. E quando pegamos a análise do ICMS com proporção do PIB, de fato percebemos incremento expressivo nesse indicador, mas que não tem base quando analisamos o ICMS como proporção da base de arrecadação dos impostos como um todo. Então, dá para perceber que está relativamente estável, o que indica que esse crescimento foi basicamente em função do efeito inflacionário sobre o nível de Blue Chips, que é a energia elétrica, comunicações e combustíveis. Agora vamos tentar ir direto para a questão dos números do Estado do Paraná. As receitas correntes do período tiveram incremento nominal de 24%. Quando tirado o seu deflator, taxa de inflação pelo IPC do período, tiveram crescimento de 14% real. Proveniente de quê? Foi um aumento de impostos, ICMS, ITCMD e a transferência da União, como podemos perceber nesses índices. A receita patrimonial do período teve incremento substantivo em função da taxa de juros praticada no mercado brasileiro e a incidência sobre as aplicações financeiras do Estado. Em termos de transferências correntes também temos um destaque para o volume de transferências do Governo na questão do Fundo de Participação do Estado. A arrecadação de ICMS desse período, como podemos ver nesse gráfico que está em exposição, teve melhora substantiva, quando comparada do ano passado, mas quando

atualizamos a projeção a partir de julho em função da alíquota complementar 192 e 194, vamos perceber que ela vai ter crescimento negativo em relação ao ano anterior. Basicamente como principal explicação a tributação sobre o combustível e sobre a energia elétrica. Em especial destaque para redução para a perda estimada de alguma coisa como R\$ 240 milhões por mês em energia elétrica. A arrecadação do Fecop, como podemos também ver nesse período, vai sofrer forte desaceleração, em função da não incidência sobre, e aqui alíquota modal praticada no setor de combustível e energia elétrica estar na faixa de 18%. Então, vai cair de uma redução, vai ter uma redução de 140 milhões mensais no período de início de janeiro, para alguma coisa esperada como R\$ 60 milhões no período subsequente. A perda de arrecadação da 194 nos primeiros seis meses de ano de 2022, é esperado como R\$ 3,2 bilhões, sendo distribuídos 739 milhões para os municípios, no Fundeb 665 milhões, nos Poderes 377 milhões, na saúde 310, na educação 776 e no Fecop R\$ 360 milhões. No que diz respeito às operações da receita de capital nesse período, temos como destaque aqui algumas operações de créditos que foram realizadas pelo Estado e a questão ao item referente ao capital que teve um incremento real de 134%. Nas despesas correntes do período, podemos perceber que o crescimento real de despesas com pessoal na faixa de 7% do volume dos ativos, mas uma redução de menos 7% para os inativos. A redução do número de ativos está diretamente relacionada à questão envolvendo o crescimento vegetativo da folha. Nesse período, na despesa de capital podemos dar destaque à questão dos investimentos, um aumento de 74%, investimento aqui proporcionado quase que diretamente pela questão dos empréstimos tomados ao longo do ano anterior e que agora tiveram seu efeito efetivo e as inversões financeiras uma redução, à medida que temos uma reutilização, uma mudança na legislação no que diz respeito à questão da apropriação do regime dos precatórios. O resultado primário do Estado nesse período apresenta um superávit de R\$ 7 bilhões e 176 milhões, mas quando temos que ter cuidado na apropriação desse número, porque quando fazemos a liquidação dos restos a pagar do período e apropriamos integralmente como se fossem pagos, teremos uma, na verdade um déficit primário de quase R\$ 992 milhões, o que sinaliza que

já nos últimos dois meses acabamos tendo um efeito negativo sobre a receita do Estado proporcionado pela redução da arrecadação de energia elétrica e combustíveis. O exame previdenciário, com os senhores sabem, é negativo, e não pode deixar de ser, e ele no período teve um impacto de R\$ 3 bilhões e 829 milhões. Aí tem a apresentação tradicional sobre o saldo total da dívida, que hoje está na faixa de, a dívida com precatório, de R\$ 24 bilhões. Quando colocamos a dívida flutuante do Estado chega a R\$ 34 bilhões. A Capag do Estado, por pouco, não chegamos à Capag A, não conseguimos chegar, em função da mudança para efeito da contabilização, outras despesas correntes, no que diz respeito à questão dos precatórios, questão de inversões de capital e as inversões para pagamento de precatórios não ligados a desapropriações. A avaliação quando do cumprimento das obrigações, como podemos perceber, ela está dentro do esperado. Para efeito de apuração dos limites da LRF as despesas estão dentro do esperado, com destaque ainda para a dificuldade que a saúde tem do cumprimento dos 12%, para questão do atraso na liquidação dos restos a pagar do exercício anterior. É basicamente isso, Sr. Presidente, temos fase de apresentação. É bastante sumária, bastante simples para evitar que percamos muito tempo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Uma vez feita a exposição pelo Secretário da Fazenda, temos inscritos aqui para perguntas o Deputado Homero Marchese e o Deputado Goura na sequência. Deputado Homero, por favor.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, população que nos assiste, boa tarde. Boa tarde, Sr. Secretário Renê, toda equipe da Secretaria da Fazenda. Sejam bem-vindos novamente a esta Casa. Tenho quatro perguntas para fazer, Secretário, sobre a evolução das finanças do Paraná. A apresentação que o senhor encerra, agora há pouco, demonstra que, mais um vez, o Estado teve bom desempenho financeiro. A arrecadação tem se comportado bem. O resultado primário nominal cresceu ainda mais do que já tinha crescido na última apresentação, isso é um bom sinal para o Estado do Paraná,

apesar da ressalva que o senhor fez da redução de ICMS para o ano que vem. A primeira pergunta, na verdade, é uma reflexão, Sr. Secretário, porque a minha equipe tem levantado alguns fatos relacionados à substituição tributária no Paraná, esse é um assunto recorrente quando o senhor vem aqui, assunto recorrente no Plenário, assunto recorrente nas colunas de jornal, como é um assunto recorrente nas associações comerciais, industriais no Paraná, em especial quando comparamos a situação fiscal do Paraná com outros municípios vizinhos, em especial Santa Catarina. Santa Catarina tem, há muito tempo, adotado uma política de diminuição da substituição tributária para o menor número de itens possível e tem simplificado muito a vida do contribuinte em relação ao fisco. Para aderir a alguns programas, por exemplo, normalmente, em Santa Catarina é muito mais fácil conversar com a Secretaria da Fazenda, isso é feito de forma *on-line*, imediata, enquanto no Paraná, em boa parte das vezes, ainda se faz por um requerimento feito em papel que tem dificultado um pouco o avanço do nosso Estado. O senhor tem feito um bom trabalho à frente da Secretaria da Fazenda. O senhor sabe que gosto do trabalho do senhor. Gostaria de fazer, como liberal que sou, um pedido ao senhor que inscreva o seu nome na história deste Estado e diminua a tributação do máximo possível dos itens. Parece que o efeito vai ser contrário do que prega o censo comum, positivo para a própria arrecadação. Dou só um exemplo na questão do etanol, temos uma enorme sonegação de tributos em relação ao etanol no Paraná, porque o álcool vem direto das usinas, chega até o posto de gasolina, facilita a sonegação. Talvez se a alíquota sobre o álcool fosse mais baixa, o risco da sonegação não compensasse. A formalização aumentaria e a própria arrecadação do Estado aumentaria. Isso é apenas um exemplo que poderia servir para vários outros itens tributados aqui, no Estado do Paraná. E me parece que este momento que estamos vivendo, com certa folga no colchão, permite-nos fazer esse tipo de ação. Então fica esse pedido, Sr. Secretário, para que diminua ao máximo a substituição tributária no nosso Estado e aproveite este bom momento para criar um círculo virtuoso de redução tributária e aumento de arrecadação. A segunda colocação, Sr. Secretário, tem a ver com o gasto de pessoal. Minha equipe me lembra aqui que

na apresentação do terceiro quadrimestre de 2021, havia uma indicação de que os gastos de pessoal do Estado do Paraná estavam artificialmente abaixo do limite legal porque não estavam sendo considerados os gastos como organizações sociais, de acordo com a orientação da Secretaria do Tesouro Nacional e que esse critério da Secretaria do Tesouro Nacional passaria a ser adotado. Mas, desde então, nas apresentações não temos mais menção a isso. Pergunto ao senhor se esse critério da Secretaria do Tesouro Nacional sobre cômputo de gastos pessoal foi alterado ou não? A terceira questão tem a ver com orçamento da Polícia Civil para o ano que vem. De acordo com a LOA, o orçamento da Polícia Civil do Estado do Paraná vai diminuir em relação ao que é neste ano de 2022 para 2023. Está previsto o orçamento de R\$ 595 milhões para a Polícia Civil no ano que vem, quando neste ano de 2022 foi de R\$ 600 milhões. E sabemos que há um concurso homologado, já houve a convocação de 400 servidores, mas há servidores ainda a serem chamados para a Polícia Civil do Estado do Paraná; há uma lista de aprovados grande e também há, acima de tudo, uma necessidade muito grande por novos investigadores e papiloscopistas e também delegados, por que não dizer aqui no nosso Estado. Em um estudo feito por uma comissão de aprovados da Polícia Civil que chegou até nosso gabinete, para a convocação de 600 novos membros para o ano que vem, o gasto seria de apenas R\$ 58 milhões. O orçamento ficaria pouco acima do que foi em 2022 e diante do resultado primário e nominal que estamos tendo até aqui, parece-me um valor baixo e bastante justo para a população do Paraná... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Homero, por favor, para concluir.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Tenho lido pela imprensa, por exemplo, que haverá um aumento de 0.1% da repartição do orçamento do Estado para o Ministério Público. Pergunto se não seria o caso de transferir esse aumento para a Polícia Civil, já que me parece que tem uma necessidade maior. Nesse momento várias cidades sem delegado, várias cidades sem investigadores, sem papiloscopistas e isso tem trazido problemas sérios para a segurança do Paraná.

E a última pergunta, Sr. Secretário, durante este mandato fiz ao menos dois requerimentos para a Secretaria da Fazenda para ter acesso aos nomes das empresas e os valores que foram negociados no Programa *Retoma Paraná*. Uma Lei aprovada em 2021 por esta Casa que garante parcelamento de ICMS e utilização de precatório para compensar débito, de ICMS, de empresas em recuperação judicial ou falidas. Trinta segundos, Sr. Presidente, ou empresas falidas. Não consigo receber essa resposta, Secretário. A justificativa é de que as informações estão sob sigilo. Não concordo. Acho que o Código Tributário Nacional é claro ao dizer que quando é caso de parcelamento ou moratória não existe sigilo e não sei até hoje, sequer, o nome de uma empresa em recuperação judicial ou falida que tenha se utilizado do Programa *Retoma Paraná*, o que, lamentavelmente, nos levará a ingressar com ação judicial contra o Estado do Paraná. Penso que não seria necessário não termos que fazer isso. Obrigado, Sr. Presidente.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JUNIOR: Deputado, muito obrigado pelas perguntas, muito obrigado pela posição. No que diz respeito à redução de alíquota de ICMS já houve uma mudança expressiva em energia elétrica/combustível e comunicações, que tem impacto muito profundo sobre a arrecadação do Paraná. Acho que quando olhamos esses números que estão apresentados hoje é difícil fazer uma inferência sobre qual será o comportamento futuro. O comportamento futuro será bem diferente. Não posso ainda garantir ao senhor como estaremos em 2023, mas certamente a situação será muito mais difícil. Não só no Estado do Paraná como nos estados como um todo, da Federação. Então, eventual redução de alíquota de ICMS tem que ser feita dentro de um cenário de expectativas em um ambiente muito desfavorável. Primeiro que a taxa de juros praticada pelo Banco Central induz a uma redução muito forte sobre a taxa de crescimento do PIB para o ano seguinte. No ano de 2023 vamos ter uma taxa de crescimento para o Brasil na faixa de 0,5%, o que acaba impactando sobre a arrecadação real dos estados. E como a LRF nos diz que redução de ICMS tem que ser necessariamente correspondida ao aumento no nível de arrecadação de outros itens, como a despesa de redução de volume de despesa, temos um problema

intertemporal complexo. Não teríamos como apresentar, neste momento, nenhum tipo de ressalvas ou salvaguardas que pudessem ser objeto de apreciação por parte do Tribunal de Contas e entendesse como sendo sustentável essa redução de alíquotas. A distribuição tributária é uma discussão muito, muito profunda essa questão envolvendo o Paraná e Santa Catarina. Santa Catarina tem um mercado consumidor pequeno e tem um sistema produtivo diria, até, razoavelmente, eficiente. Eles podem fazer uma redução de distribuição tributária – é que eles se comportam como sendo um Estado exportador e acabam tendo incremento positivo de arrecadação. Ocorre que a distribuição tributária, no Paraná, o Paraná em 2015/2016 passou por uma crise fiscal muito profunda e foi implementado um sistema de distribuição tributária para um volume razoável de empresas. Naquele momento, aquela mudança de regime foi responsável por um incremento de receita no Estado de alguma coisa como R\$ 5 bilhões. Para que haja espaço para alteração da distribuição tributária sobre alguns produtos do Paraná, temos que ter primeiro um sistema de arrecadação de fiscalização que passe para fiscalizar as malhas das empresas de forma mais adequada. E, segundo, porque é um mecanismo perverso que quando tiramos a distribuição tributária, as vendas do mercado do varejo elas se deslocam muito para empresas do MEI e do Simples. O Estado do Paraná tem um sistema tributário de MEI e de Simples extremamente benéfico, o que acaba de alguma forma... Para o senhor ter uma ideia, tiramos a distribuição tributária dos produtos como água mineral. Tivemos uma perda de arrecadação nesse item de 35%. Por quê? Porque foi praticamente tudo para o MEI e tudo para o Simples. Tem que ser feito... Contratamos um trabalho de consultoria externa pago pelo BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento, que está fazendo uma análise profunda sobre o sistema tributário e aquilo que poderemos mudar. Temos já algumas decisões tomadas a serem implementadas ao longo de 2023, que vou anunciar assim que tiver espaço para fazê-lo. Com relação à questão das OSs, o Tesouro Nacional fez a sua normativa e esperou que os estados fizessem o seu argumento de defesa. No âmbito da Secretaria da Saúde não foi identificado um volume expressivo de operações com OSs. Portanto o diferencial entre os dois não chegou a ser significativo. É por isso que não há

mudança expressiva nesse valor. Com relação à Polícia Civil, na verdade o orçamento de várias áreas, de várias funções, não só a Polícia Civil, mas que de outras atividades, teve redução no seu orçamento em decorrência da perda de arrecadação esperada para o ano seguinte. Mas à medida que ficar visível que essa redução no orçamento pode afetar de alguma forma a efetividade dos serviços, haverá uma suplementação e uma análise mais correta. Damos espaço para que houvesse aumento do efetivo da Polícia Civil não só na questão dos delegados, mas também dos investigadores e papiloscopistas, e estamos analisando de forma bastante apurada para verificar se há necessidade realmente de suplementação adicional. Com relação ao Ministério Público, há uma demanda do Ministério Público de um incremento em seu Orçamento. A demanda está sendo estudada e, a princípio, entendeu-se que ela faz sentido e dentro desse ambiente de cordialidade que reina no Estado do Paraná entre os Poderes, possivelmente vamos atender ao pleito deles, porque entendemos que seja adequado, que seja coerente e consistente. Em relação ao *Retoma Paraná*, posso dizer que houve uma arrecadação em dinheiro de quase R\$ 60 milhões por parte das empresas em processo de recuperação, e uma adesão no total de quase R\$ 850 milhões por parte dessas empresas, o que foi um volume bastante expressivo e que acabou com uma pendência que essas empresas tinham ao longo de quase 20 anos, que de alguma forma contribui para tornar a vida dessas empresas mais sustentável. Tenho dificuldade em entregar os nomes dos beneficiários por conta do próprio posicionamento da Receita Estadual, e que tem amparo na Procuradoria do Estado, que não nos permite expressar os nomes dessas instituições, dessas empresas. Se não fosse esse entendimento, teria o maior prazer de apresentar ao Sr. Deputado e à sociedade como um todo.

DEPUTADO HOMERO MARCHESI (REP): Senhor Secretário, para minha réplica, brevemente alguns esclarecimentos. Não entendi muito bem a questão da contabilidade das OSs, para mim não ficou muito claro.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JUNIOR: É porque quando houve o pleito por parte do Tesouro Nacional, esse pleito era para o Brasil como um todo, para que

cada um apresentasse a sua metodologia ou entendesse sua metodologia que havia impacto ou não. Entendemos aqui na área de Saúde do Estado que a mudança metodológica não haveria a necessidade de mudar a metodologia e, com isso, não haveria nenhum impacto expressivo em termos de volume de pessoal.

DEPUTADO HOMERO MARCHESI (REP): Então o nosso número está realista hoje?

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JUNIOR: É. A partir do entendimento da Secretaria da Saúde, sim.

DEPUTADO HOMERO MARCHESI (REP): Finalizando, o senhor disse que no *Retoma Paraná* foram 60 milhões de pagamento das empresas e um total...

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JUNIOR: De 850 milhões de adesão aos precatórios.

DEPUTADO HOMERO MARCHESI (REP): E esses 850 milhões de adesão aos precatórios é o mesmo recurso daquele 1 bilhão a mais de pagamento de precatório que foi anunciado este ano?

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JUNIOR: Não, porque temos um ano para poder apresentar o volume efetivo dos precatórios. A redução dos precatórios foi porque foi pago realmente em recursos do Tesouro.

DEPUTADO HOMERO MARCHESI (REP): Ok. Obrigado, senhor!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo Parlamentar a questionar, Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Obrigado, Sr. Presidente! Secretário Renê, minhas saudações a toda equipe da Secretaria da Fazenda, a todos os Deputados aqui presentes. Secretário, alguns questionamentos e também alguns pedidos,

aproveitando aqui esta Audiência com V.Ex.^a. Primeiro, com o Deputado Homero, vamos apresentar na sequência um Projeto de Lei para estimular aqui no Paraná uma política estadual sobre a pesca artesanal. Sabemos que isso pode contribuir muito para nossa economia. Então, gostaria de solicitar também à Secretaria que faça um estudo do que pode ser feito para estimular toda essa cadeia produtiva dos pescadores e pescadoras artesanais, tanto no nosso litoral, mas também nos nossos rios. Então, esse é um pedido em específico, Sr. Secretário. Segundo pedido também relativo ao nosso litoral. Chegou a LOA, o projeto da LOA 2023, e tivemos durante o decorrer deste ano várias manifestações sobre a inclusão na LOA dos recursos para pavimentação da PR-405, Deputado Caputo, que atua muito em Guaraqueçaba, que é o único acesso terrestre de Antonina a Guaraqueçaba. Então, o nosso pedido, Sr. Secretário, é que seja incluído na LOA oficialmente. Podemos fazer emendas com o nosso Presidente aqui da Comissão de Orçamento, Deputado Evandro, para que a PR-405 seja efetivamente contemplada neste novo Governo da gestão Ratinho Junior. É importantíssimo que tenhamos esse olhar, porque estamos falando da cadeia produtiva de Guaraqueçaba, dos agricultores, do acesso à saúde e da qualidade de vida de todo o povo de Guaraqueçaba. Senhor Secretário, também um ponto que gostaríamos de solicitar para a cultura do Estado do Paraná. Tivemos aqui na LOA a previsão de R\$ 126 milhões no orçamento para Cultura do Estado. No ano passado, 2021 para 22, fizemos uma emenda. O orçamento de 100 milhões foi para 182 milhões, mas, Deputado Caputo, Deputado Guto, que preside a Comissão de Cultura, não vimos esses 100 milhões efetivamente empenhados para a Cultura. O orçamento era de 82, ficou 182 e esses 100 milhões que foram incluídos na LOA de 2022 não foram empenhados, não foram gastos. Então, gostaríamos que efetivamente o Estado do Paraná que, além de poder elevar o *status* de Superintendência a uma Secretaria da Cultura – sei que o senhor tem apreço pelas políticas culturais. Então, fica aqui este pedido, mas também que nós, além desses 126 milhões previstos, tenhamos garantias de que os 100 milhões já incluídos na LOA de 2022 sejam efetivados. E se pudermos também ter mais aqui para cultura é muito importante. Por fim, Sr. Secretário, um

questionamento específico sobre a Copel Telecom e a Compagas. Vimos a política do Governo do Estado da privatização da Copel Telecom, uma empresa lucrativa e estratégica, por 2.4 bilhões. E o Governo do Estado se tornou cliente da empresa que ele vendeu, já com contratos na margem de R\$ 165 milhões. E, também, recentemente, o CEO da Compagas já afirmando, defendendo a privatização, falou que o valor de outorga será repassado à tarifa. A pergunta é: qual é a garantia que teremos de que a tarifa da Compagas vai de fato diminuir depois da privatização, e se não estamos entregando ativos que garantem a soberania do nosso Estado em nome do lucro dos acionistas. Obrigado pela atenção, Sr. Secretário.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JUNIOR: Muito obrigado, Deputado Goura. No que diz respeito à questão dos itens no orçamento, a Assembleia Legislativa tem inteira autonomia de apresentar suas emendas e discutir e avaliar, desde que no câmputo geral o orçamento continue equilibrado. O que não pode é criar novas fontes de despesa sem receitas evidentemente comprovadas. No caso da Cultura, tenho total apreço. Participo ativamente de todos os eventos culturais do Estado e aquilo que for possível, que for necessário fazer no âmbito do orçamento e a efetividade desse orçamento, terei o maior prazer em fazê-lo e em cumprir. Com relação à privatização, ocorre que é uma decisão do ponto de vista estratégico. O número de investimentos da área de comunicações e de telecomunicações é extremamente elevado para um agente estatal, e a decisão de tomada de alienação do controle ela vem ao encontro de praticamente todo ambiente brasileiro em que todas as empresas de comunicação estaduais foram privatizadas. E acabou sendo um sucesso a empresa, a alienação foi um preço considerado pelo mercado como um preço com ágil expressivo e ela perseguiu o seu curso e acabou, e acaba tendo uma avaliação por parte do mercado de alguma forma positiva com o efeito privatização. O caso da Compagas, particularmente não tenho muito acesso à situação da empresa, porque de propósito não procuro informações para dar autonomia total à empresa. Se houver necessidade, obterei mais informações e poderei lhe passar, mas confesso que não tenho informações em um teor com qualidade para passar. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Tadeu.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Boa tarde, Sr. Secretário, Sr. Presidente e os demais integrantes da Secretaria. É uma satisfação falar com o senhor novamente.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JUNIOR: Pois não. Parabéns pela eleição!

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Obrigado, Dr. Renê! Doutro Renê, tem algumas coisas que já estamos insistindo há algum tempo. E, olhando aqui, chama-me a atenção duas situações no relatório que o senhor enviou. Claro que de janeiro a agosto. O primeiro é a redução que temos nas despesas totais com pessoal, que no caso de aposentadorias 2,9%, no caso de obrigações patronais 9,3%, outras despesas com pessoal aumenta 40,3; vencimentos e vantagens do pessoal militar diminui 0,1; e vencimentos do pessoal civil 2,1. Além disso, temos aqui, Secretário, a situação de janeiro a agosto também, em outras despesas correntes, onde coloca que outros serviços de terceiros e pessoas jurídicas tem aumento de 21,2%; e serviço de terceiros, pessoa física, 10%. Estou pegando isso aqui, Sr. Secretário, porque na previsão orçamentária para o ano que vem não há previsão, pelo menos na nossa leitura, aí obviamente se estiver errado o senhor por favor me corrija, não há previsão, a não ser de reposição de pessoal, não há previsão de concurso público, a não ser a reposição daquilo que determina a lei, e sabemos que há uma defasagem enorme de pessoal em algumas áreas. A primeira pergunta que faço ao senhor é que, se o Estado está fazendo este processo de transferência, assim como fez quando não houve novamente a reposição por meio do PSS para Agente I e II das escolas, se essa é a política do Governo Ratinho e fazer a transferência do pessoal contratado via concurso público por pessoal contratado por empresas terceirizadas? A segunda, a Assembleia Legislativa fez um repasse, não sei qual foi o valor, não um repasse necessariamente, mas a devolução para o Governo do Estado. Essa devolução entra no superávit dos R\$ 8 bilhões que foram anunciados no ano passado?

Entrará neste ano também? E claro que, como falei, não há concurso, então, o senhor colocou aqui que temos um clima – não vejo que deva ser diferente –, um clima de cordialidade com o MP, por isso talvez o MP seja atendido naquilo que é o pleito seu de ter aumento percentual, mas não lhe parece estranho que o MP aumente o seu percentual, assim como tem também o Tribunal de Justiça e a Assembleia Legislativa, mantenham incluídos os seus repasses do Fundo de Participação dos Estados, que entendemos não ser algo que devesse acontecer e, aliás, o senhor já colocou a respeito disso, que não devesse ter repasse do Fundo de Participação dos Estados para esses Poderes que já são beneficiados, justamente o Ministério Público, o Tribunal de Contas, o Tribunal de Justiça e a Assembleia Legislativa, já são beneficiados por esse repasse, e, como não há previsão de reajuste para os servidores públicos, se não seria possível ter essa mesma cordialidade também com os servidores públicos que estão há seis anos sem reajuste salarial?

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JUNIOR: Primeiro o meu cumprimento ao nobre Deputado, que tem o meu estima, minha consideração e meu carinho. Esse é um debate complexo, a questão entre terceirização eventual e a questão dos concursos de forma mais abrangente. É difícil neste momento termos uma política de aumento de gastos de pessoal por meio de concurso público pela indefinição do quadro da receita, da instabilidade que a receita tem ao longo dos próximos anos. Como é uma despesa de caráter permanente, ela exige um ajuste de caráter permanente, ou seja, uma receita que seja perene, ou então um corte de despesa de outro setor que também seja compatível. Então, daí a necessidade de terceirizar. Primeiro, a terceirização neste momento não é uma terceirização diretamente, os gastos com terceirização são computados sem levar em consideração, o que está se comprando na verdade é uma gestão, um processo novo. Pode ser que ele seja um processo mais eficiente do que aquele que vigorava no regime anterior! Porque quando você contrata, faz um concurso público para colocar pessoas por 35 anos, é como se você estivesse tornando muito rígida a tua função de produção e você cria uma dificuldade de reajustar ao longo do período. Fazendo temporariamente a questão da terceirização, permite

que você teste de forma um pouco mais racional e eficiente para tentar identificar se há a necessidade ou não e o volume de concursados que porventura pode ter. É a questão envolvendo a questão dos auditores e analistas tributários no caso da Secretaria da Fazenda. Temos a necessidade de repor alguma coisa entre 120 a 150 funcionários só no caso dos auditores, no mínimo, e temos uma dificuldade enorme de fazer um concurso primeiro pela questão da própria tecnicidade envolvendo este setor, estes profissionais. Há a necessidade de adequação, há a necessidade de formulação e esperamos ter, até o final do próximo semestre, uma definição mais clara da nossa necessidade e uma política mais clara também em termos de cargos e funções para o Estado e com isso iniciar uma recontração por meio de concursos, de forma mais eficiente. No que diz respeito às questões envolvidas ao reajuste salarial, é claro que temos a percepção de que haverá a necessidade de reajustes ao longo dos próximos meses ou do próximo ano, a dificuldade que temos é porque, V.Ex.^a tem noção, o quadro de assombro que vive a economia brasileira é muito grande e 2023 poderá dar início, seja pela crise internacional que ora se apresenta, seja pela dificuldade fiscal que também está se delineando para o início de 2023, poderemos ter um efeito extremamente danoso sobre os estados e os entes federativos. A taxa de crescimento do Brasil vai cair dos atuais 3% para alguma coisa como 0,5%, então há um nível de incerteza muito grande. Isso terá que ser analisado nos próximos meses para a definição de qual será a política a ser implementada no que diz respeito ao reajuste salarial dos servidores. Neste momento não teria muita segurança de lhe falar qual seria a opção a ser dada. Tenho uma dificuldade grande de formular hipóteses de nível de incerteza muito elevado. Se o senhor me procurar no dia 3 de novembro, pode ser que tenha uma ideia mais clara sobre para onde pode ir o Brasil, para onde pode ir a questão! Então, temos um encontro marcado, a partir do dia 3 de novembro, se for possível marcar na sua agenda! Vamos ver o que acontecerá. Vai depender muito do comportamento do Supremo e do comportamento da, sobre os caminhos possíveis para a economia brasileira para 2023.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Secretário, só utilizando a réplica, temos uma defasagem, como o senhor falou, enorme, mas, por exemplo, na polícia penal está sendo contratado, ou pelo menos foi, é o que está no Diário, contratados policiais penais terceirizados. O custo de um policial penal terceirizado é muitíssimo mais alto do que um policial contratado. Na penúltima vez em que o senhor esteve aqui, o senhor falou que tínhamos uma previsão talvez de um débito... sei que o papel do Secretário da Fazenda é ser conservador, assim como do Ministro da Fazenda é ser conservador também, mas havia uma previsão de um déficit nas contas e tivemos um superávit de 8 bilhões. O reajuste dos servidores públicos, hoje, segundo as suas palavras, demandaria R\$ 4 bilhões. Esses R\$ 4 bilhões que fossem pagos, seriam praticamente metade do superávit. Este ano novamente o argumento é que teremos uma dificuldade e não poderemos ter o reajuste também por conta disso, nem para o ano que vem. É possível...

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JUNIOR: Não falei que não vai ter. Temos que estudar e analisar, porque o superávit que aparece de 8 bi não leva em consideração o restos a pagar, nem as provisões para o 13.º salário, a ser pago em dezembro. Quando você faz as provisões para o 13.º salário, sobre férias e também as provisões dos restos a pagar do período, você vai ver que o superávit diminui substancialmente. Isso aqui é regime de caixa de competência, infelizmente não é possível apresentar a evolução do fluxo todo. Como é o último ano do mandato, teremos necessariamente um efeito final no ano muito inferior ao projetado ao longo...

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Mas, Secretário, desculpe-me, só concluindo. Mas, tivemos uma redução em praticamente todos os itens, pensões, aposentadorias, salários. Não lhe parece, independentemente do dia 3 de novembro ou do dia 30 de outubro, que há um Projeto, uma PEC para ser votada, a PEC 32, que, se levada a efeito, não sei se será ou não pelo Presidente Maia, da Câmara Federal, se aprovada, sei que o senhor tem uma leitura ou pelo menos sempre demonstrou ter uma leitura da necessidade do servidor público – não

existe serviço público, embora alguns acreditem assim, serviço público sem servidor público.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JUNIOR: Sim, sim.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Não existe Estado sem saúde, sem educação...

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JUNIOR: Sem segurança.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): ... sem segurança, sem meio ambiente. Não existe! Podemos até entender que alguns pensam que o Estado liberal não é o Estado. Talvez um dos Estados mais liberais que tenhamos neste momento, no Planeta, é justamente, o País mais liberal, o Estado, são os Estados Unidos. A quantidade de servidores públicos que os Estados Unidos têm é imensamente maior, assim como a Alemanha – não estou falando de França porque é um caso à parte –, mas Alemanha, Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, são muito maiores do que temos na relação servidor público/população. Não lhe parece que estamos caminhando – caso seja aprovada a PEC-32, com esse processo de não reajuste de salários dos servidores públicos, que está acontecendo ano a ano – de uma perda absolutamente irreparável para o Estado, porque não haverá mais correção. Se a PEC for aprovada, esses 4 bilhões que hoje estão, aqui, ou 6 bilhões, 8 bilhões, simplesmente, não necessariamente, não podem ser pagos, mas deixam de existir. Não haverá mais progressão, promoção, anuênio ou quinquênio, o estágio será de 10 anos, ou seja, o Estado se desmancha. Volta a ser um Estado que o senhor conheceu, que conheci também, Deputado Traiano, embora um pouco mais novo, não muito, mas também sabe como era o Estado até 1980, 1988, um Estado onde as pessoas lá em Francisco Beltrão, se não tinham carteira assinada, ou aqui em Curitiba, ou União da Vitória, que é a minha cidade, se não tinham carteira assinada, ou atestado de indigência, morriam nas ruas.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JUNIOR: Sim. Sim.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Esse é o Estado projetado pela PEC-32. Aí, pergunto ao senhor, não corremos o risco no Paraná, com a grande contribuição que temos do Estado dos servidores, de termos um Estado que fica à míngua, praticamente e dependendo da iniciativa privada para colocarem – não estou falando do Governo, deste Governo, do próximo Governo, mas dos próximos Governos – para colocar em pauta os seus projetos, depender exclusivamente da iniciativa privada? Isso não funcionou na Inglaterra. Isso não funcionou nos Estados Unidos. Isso não funcionou em países que levaram para o liberalismo. Gostaria que o senhor comentasse.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JUNIOR: Sim. A evolução do quadro de servidores no âmbito dos estados e municípios, sem dúvida nenhuma passou por um processo de deterioração. Nos estados, especificamente, no caso do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro, onde a crise fiscal fez com que esses estados praticamente diminuíssem a sua capacidade jurisdicional de ofertar esses serviços. Nos municípios como um todo até houve um incremento dos gastos com saúde e educação. A dificuldade maior é na efetividade desses gastos. Concorro que vamos ter que fazer uma discussão muito profunda sobre esse setor, sobre a necessidade de ter um quadro de profissionais mais bem remunerados e ampliação do quadro funcional, de uma ampliação das atividades. Pessoalmente, por várias vezes, já manifestei aqui a minha preocupação com os idosos no Estado do Paraná. Eles necessitam ter um atendimento de melhor qualidade e maior amplitude. Não tenham dúvida alguma. A recente crise, na questão de sistema de saúde brasileiro, mostrou necessidade de se ter uma política também de vacinação populacional em âmbito bem mais amplo. Tenho perfeita noção de qual é o impacto necessário, qual é a trajetória de gastos que seria possível. A dificuldade toda que tenho neste momento é de traçar um cenário, que posso afirmar ao senhor com certa garantia, que ao longo dos próximos meses poderemos, efetivamente, cumprir. Aquilo que defendo já há algum tempo é que teríamos que ter algum modelo de ciclos econômicos, que pudéssemos poupar em momentos de euforia e gastar em momentos de crise. O desconhecimento com relação à trajetória, nos próximos meses, leva-me acreditar que precisamos

ser um pouquinho mais conservadores. Mas tenho perfeita noção do que o senhor coloca, do que o senhor está expondo e concordo 99% dos itens. Não vou discordar com o senhor, não. É só a questão de ter mais segurança para a tomada de decisão, somente isso.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Deputado Renê, agradeço ao senhor. Mas só fica a pergunta: com tudo isso que o senhor traça, dá para ter cordial com o Ministério Público?

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JUNIOR: A relação de cordialidade é recíproca. Sempre fui tratado...

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): São recursos públicos, Secretário.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JUNIOR: Mas sempre fui tratado com muito carinho por eles, com muito respeito. No momento diria o seguinte, se o seu vizinho tem a casa pegando fogo, você vai emprestar...

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Mas são recursos públicos, Secretário.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JUNIOR: Mas há uma necessidade de atendê-los neste momento, porque eles estão com uma premência. Eu os defendo. Se o seu vizinho está com a casa pegando fogo, você não vai pegar e dizer para ele você não vai dar a mangueira para que ele possa diminuir o impacto. Então, ele está com a necessidade, há uma possibilidade e nada vai romper a minha relação de cordialidade e respeito com o Ministério Público.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Evandro Araújo, último Parlamentar a fazer perguntas.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Secretário Renê, boa tarde. Cumprimentá-lo e também toda a Secretaria da Fazenda. Agradecer pela relação sempre cordial e respeitosa e também agradecer pela oportunidade de ter sido atendido nos pleitos que fiz em relação a esclarecimentos que solicitávamos em

relação aos benefícios fiscais. Isso foi muito importante para compreender melhor o problema. Entendemos ali que os benefícios fiscais sempre são assunto aqui desta Casa. No entanto, temos um patamar de benefícios no Paraná que remontam à década de 90, anos 2000, que foi passando por governos e que hoje não se tem no Governo atual um saldo significativo de entrega de benefícios. Então, isso é uma verdade. No entanto, o que ficou claro, naquela nossa conversa, é a necessidade de um modelo matemático, algo que possa quantificar o impacto para a sociedade, o quanto a sociedade ganha e o Estado do Paraná ganha com os benefícios, porque isso, sim, é uma preocupação...

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JUNIOR: Já está em fase de entrega.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Isso. É uma preocupação que é uma preocupação da sociedade. Esse tema não vai ficar mais, não vai passar mais despercebido em um cenário que podemos ter, que era de arrecadação, como Vossa Excelência aponta. Então, assim, acho que essa entrega, esse modelo, essa discussão sobre os impactos de benefícios fiscais concedidos, sejam mais prazos ou menos prazos, que precisa existir, é fundamental para que possamos entender o nosso orçamento no Estado e como o Paraná lida com o recurso público.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JUNIOR: Sempre lembrando, Deputado, que há necessidade de coordenação nacional, no âmbito do Confaz, para que você não tenha problemas de guerra fiscal entre regiões.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Isso, mas é importante que tenhamos essa discussão. Até porque o Paraná compõe o Conselho Nacional e precisa estar lá a sua contribuição.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JUNIOR: Sim, sim, exatamente.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Queria só falando isso, então, que é muito importante trazer essa discussão, perguntar sobre o Simples, se tem alguma

discussão em nível de Conselho Nacional sobre o Simples, porque percebemos que é necessário, se não tem uma perspectiva de uma reforma no País, de algo que aponte, e parece-me que não tem isso, nós, andando agora na campanha eleitoral, ouvindo micro e pequenos, o pessoal falando: *Olha, está na hora de vocês discutirem mais fortemente o Simples, lá em Brasília, aqui no Estado também. O Estado dar a sua contribuição.* Porque sabemos que se multiplicam os CNPJs para poder burlar o sistema todo. Então, se sabemos que isso acontece, por que não enfrentar isso em uma discussão mais forte, mais decisiva? Seja uma contribuição que o Paraná possa dar também lá nosso Conselho. Por fim, Secretário, só queria fazer uma pergunta que é espinhosa, acho que ninguém fez, porque me senti contemplado por outras perguntas aqui. Com esse cenário que está desenhado, há alguma intenção de rever alíquotas para mais? Essa é uma pergunta que faço.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JUNIOR: A questão da tributação sobre o MEI, sobre o Simples, é um tema muito complexo que deve ser levado para a elaboração e a discussão de uma reforma fiscal mais abrangente. Sem dúvida que a questão da multiplicação dos CNPJs é gravíssima. Você percebe, claramente, que na hora em que tira a substituição tributária, que aquilo que era uma empresa, vira 10. Vira 10 e espalha-se a árvore. Então, vamos ter a necessidade de rediscutir isso no âmbito da reforma tributária. Infelizmente, Deputados, os estados estão chegando muito fragilizados para a reforma tributária, primeiro pela discussão que vigorou no ano passado, no ano retrasado, desculpa, com relação à questão que o ISS era um imposto com maior potência do que o ICMS, porque o ICMS foi construído dentro do quadro tributário nacional como um imposto incidente basicamente sobre produtos industrializados, e o ISS sobre serviços. Com a perda de importância da industrialização no Brasil, caiu 30% do PIB para 14, 13%, e os serviços aumentando de forma substancial, chega, alguns estados, a ter a participação de 80% sobre o PIB, ele ganhou uma dimensão econômica, e que agora em eventual reforma tributária os municípios entendem que eles têm a pepita nas mãos e não vão querer compartilhar. Só que com a reforma da 192 e da 194 incidindo sobre o combustível, energia elétrica e sobre comunicações, ela

tornou os estados, a longo prazo, inviáveis. A perda de arrecadação dos estados, na média, chega a 18%. Então, vai ter que ter uma reforma tributária, vai ter que ter uma revisão ampla, ampla, ampla, ampla sobre o sistema tributário, que tenha uma alíquota única, uniforme, e que ela possa ter uma base de arrecadação mais ampla, e juntando os estados e os municípios. Ocorre que estamos chegando fragilizados, porque teríamos como moeda de troca nessa reforma tributária justamente oferecer uma redução sobre a tributação em troca de um aumento da base tributária. Para eu falar se haveria necessidade ou não de uma reforma na alíquota modal de ICMS do Estado, eu teria que esperar uma definição sobre o que o Supremo vai decidir com relação à 7.164. Assim que o Supremo decidir com relação a isso, poderemos ter uma estratégia mais adequada, mais correta sobre qual é o nível de tributação correta, se é algum tipo de reequilíbrio entre as alíquotas ou se é alguma possibilidade de postergação desse reequilíbrio em decorrência da decisão que venha a ser dada pelo Supremo.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Obrigado, Secretário. Só mais uma vez agradeço porque é sempre pronta a disponibilidade para esclarecimentos.

SECRETÁRIO RENÊ GARCIA JUNIOR: E a hora que o senhor julgar necessário, estamos abertos para mais esclarecimentos, para apresentar a equipe toda, apresentar inclusive o modelo matemático que está sendo contratado para ser entregue, a hora que o senhor julgar necessário.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Esta Presidência agradece a presença do Ilustre Secretário da Fazenda, Doutor Renê, e de toda a sua equipe e neste momento **declaro encerrada a presente Audiência Pública.** Marco uma outra **Sessão Ordinária** para segunda-feira, dia 17 de outubro de 2022, à hora regimental, com a seguinte **Ordem do Dia:** Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 331/2021, 232/2022, 272/2022 e 330/2022; 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 689/2021; 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 389/2021 e 371/2022; e 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 354/2022.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 15h53, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)